

DEPARTAMENTO JURÍDICO

Ações Coletivas 2021
Relatório Quadrimestral

Janeiro - Abril

1- AÇÃO CUSTÓDIA DE PRESOS – Processo 0032430-63.2006.805.0001

Irregularidades quanto a custódia de presos nas dependências das Delegacias de Polícia Civil

Data de entrada: 2006

Distribuição: 7ª Vara da Fazenda Pública

Último andamento: *Em 13/03/2020, encaminhado à 2ª Vice-Presidência.*

- **Protocolada medida cautelar incidental - Processo n.º 8036806-79.2020.8.05.0001 –**
Requerendo cumprimento imediato do acórdão proferido, de modo a determinar a transferência de toda a população carcerária custodiada em Delegacias de Polícia do Estado.

Data do protocolo: 14/04/2020

Último andamento: *Em 12/03/2021, concluso para decisão.*

2- AÇÃO ORDINÁRIA URV – Processo nº 0053714-13.2007.805.0001

Escritório Manoel Pinto

- Pleiteando atualização do índice de 11,98% nos vencimentos dos Delegados de Polícia;

Data de Entrada: 11/04/2007

Distribuição: 6ª Vara da Fazenda Pública

Último andamento: Em 24/02/2021 – Não conhecido o agravo regimental interposto pelo Estado da Bahia, por unanimidade.

3- MS PARIDADE DE INATIVOS – Processo nº 0002758-25.2009.805.0000

- Ação de reconhecimento de gratificação e adicionais entre servidores ativos e inativos.

Data de Entrada: 27/11/2009

Distribuição: 2ª Vice Presidência

- Concedida a segurança por unanimidade;

Último andamento: *Em 15/01/2021, recebido pelo Setor de Digitalização.*

4- MS SUSPENSÃO PORTARIA DE FÉRIAS – Processo nº 0161456-29.2009.805.0001

- Pleiteando suspensão da Portaria 205/2009 do DG que restringiu direito de Férias dos Delegados de Polícia no Carnaval de 2010.

Data de entrada: 04/12/2009

Distribuição: 5ª Vara da Fazenda Pública - Segurança concedida.

Último andamento: *Em 30/11/2020, remessa ao Núcleo UNIJUD – Digitalização.*

5- AÇÃO ORDINÁRIA ADICIONAL DE INSALUBRIDADE – Processo nº 0071937-09.2010.805.0001

- Pleito de adicional de insalubridade incorporado aos direitos dos Delegados de Polícia.

Data de Entrada: 18/08/2010

Distribuição: 6ª Vara da Fazenda Pública

Último andamento: *Em 28/10/2020, procedimento migrado para o PJE.*

6- MANDADO DE SEGURANÇA TETO SALARIAL – Processo nº 0007646-27.2015.8.05.0000

- Limite constitucional do Delegado de Polícia equiparado ao subsídio do Desembargador do Tribunal de Justiça da Bahia;

Data de Entrada: 10/04/2015

Distribuição: 2ª Vice-Presidência

- Concedida segurança em novembro/2015;

Último andamento: *Em 27/11/2020, vistas à PGE.*

- **Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (Processo nº 0006792-96.2016.8.05.0000).**

- Incidente proposto pelo Estado da Bahia para resolução das demandas referentes ao pagamento retroativo dos valores descontados indevidamente do teto salarial.

- Julgado em 29/10/2020, condenando o Estado ao pagamento das diferenças havidas desde a data de impetração do MS até a publicação da EC nº 25/2018.

Último andamento: *Em 03/05/2021 – Remessa à Central de Digitalização.*

7- AÇÃO RESCISÓRIA GAJ – Processo nº 0007647-12.2015.805.0000

-Pleiteando a aplicação da GAJ V e diferenças entre a GAJ III e IV.

Data de entrada: 13/04/2015

Distribuição: Sessão Cível de Direito Público

-Em 15/05/2017, ação julgada improcedente.

Último andamento: *Em 04/11/2020, recebido pela Secretaria da Câmara.*

8- MS DO ABONO DE PERMANÊNCIA E INTEGRALIDADE DA APOSENTADORIA – Processo nº 0014301-78.2016.805.0000

-Pleiteando o pagamento do abono de permanência aos delegados que preencheram os requisitos previstos em lei, bem como a integralidade da aposentadoria (100% dos proventos).

Data de entrada: 20/07/2016

Distribuição: Seção Cível de Direito Público

-Concedida segurança em 18/09/2018.

Último andamento: *Em 29/04/2021, processo migrado ao PJE.*

9- AÇÃO ORDINÁRIA CONTRA PORTARIA REFERENTE A VISTORIA DE VEÍCULOS – Processo nº 0581583-73.2016.8.05.0001

- Pleiteando a anulação do artigo 6º da portaria 699/2014, bem como impedimento de instauração de PAD sob seu fundamento.

Data de Entrada: 19/12/2016

Distribuição: 6ª Vara da Fazenda Pública

Último andamento: *Em 12/04/2018, protocolada petição requerendo julgamento antecipado da lide.*

10- AÇÃO CONCESSÃO GRATIFICAÇÃO TITULAÇÃO – EAD – Processo nº 8000763-54.2017.8.05.0000

- Requerendo a concessão da titulação aos servidores que tenham cursado especialização à distância, bem como afastada a necessidade de autorização do COPE.

Data de entrada: 06/12/2017

Distribuição: Seção Cível de Direito Público

Último andamento: *Em 17/09/2020, publicada ementa.*

11- MS LIBERDADE SINDICAL CONTRA O DECRETO n° 17.972/2017– Processo n° 8001595-53.2018.8.05.0000

- Concedida a segurança para declarar insubsistente o art. 34, do Decreto Estadual n.º 17.962/2017 concernente à exigência de elaboração de relatório circunstanciado das atividades desempenhadas durante a disponibilidade do servidor em cumprimento de mandato eletivo em entidade de classe.

Data de entrada: 01/12/2018

Distribuição: Seção Cível de Direito Público

- Em 05/12/2019 – segurança concedida

Último andamento: *Em 02/03/2021, Baixa definitiva.*

12- MS CONTRA ATO DE ILEGALIDADE DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO – CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DOS DELEGADOS NOVOS – Processo nº 8001591-16.2018.8.05.0000

- Requerendo que o Estado efetue os descontos previdenciários de forma devida, majorando a contribuição a ser cobrada dos Delegados de Polícia, visando adquirir a integralidade dos proventos em sede de aposentadoria.

Data de entrada: 01/12/2018

Órgão Julgador: Seção Cível de Direito Público

Último andamento: Em 19/10/2020, remetidos os autos para o Desembargador Baltazar Miranda.

13- AÇÃO ORDINÁRIA COLETIVA COM PEDIDO LIMINAR – CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - Processo nº 0540870- 85.2018.8.05.0001

- Requerendo o afastamento da incidência de contribuição previdenciária sobre o valor de horas extras percebidos pelos Delegados de Polícia Civil do Estado da Bahia.

Data de entrada: 17/07/2018

Distribuição: 5ª Vara da Fazenda Pública

Último andamento: Em 15/03/2021, – *Concluso para despacho (aguardando julgamento antecipado da lide).*

14- MS CONTRA INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA Nº 01/2019 – Processo nº 8016412-88.2019.8.05.0000

- Ação requerendo suspensão da IN que amplia irregularmente a competência da Justiça Militar e PM.

Data de entrada: 13/08/2019

Distribuição: Seção Cível de Direito Público

Último andamento: *Em 02/02/2021 – Juntada de petição.*

15- MS FATOR DE DIVISÃO DAS HORAS EXTRAS

Processo nº 8020183-74.2019.8.05.0000

- Mandado de segurança requerendo que seja aplicado para efeito de cálculo de horas extras, o fator de divisão 200(duzentos).

Data de entrada: 25/09/2019

Distribuição: Seção Cível de Direito Público

Último andamento: *Em 22/02/2021 – Disponibilizado no DJ Eletrônico
(Concessão de segurança ocorrida em 29/01/2021).*

16- AÇÃO ORDINÁRIA COLETIVA - LISTA FINAL DO CONCURSO

Processo n.º 8073819-49.2019.8.05.0001

- Requer que seja estipulado o prazo máximo de 20(vinte) dias para a apresentação da lista final de classificação do Concurso Público iniciado através do Edital SAEB 006/2000.

Data de entrada: 21/11/2019

Distribuição: 8ª Vara da Fazenda Pública

Último andamento: *Em 09/01/2021- Decorrido o prazo do Estado da Bahia.*

17- AÇÃO COLETIVA – PLANTÕES EXTRAORDINÁRIOS E DIÁRIAS DO CARNAVAL Processo nº 8020204-13.2020.8.05.0001

- Requer que seja determinado ao Estado da Bahia o pagamento do auxílio transporte, bem como diárias no valor suficiente para “atender às despesas de alimentação e hospedagem” dos substituídos, referente aos plantões extraordinários que serão exercidos durante o Carnaval 2020, de acordo com as determinações contidas no Estatuto do Servidor Público do Estado da Bahia (Lei Estadual nº 6.677/94), e, igualmente, seja compelido a pagar o valor dos plantões extraordinários efetuados.

Data de entrada: 17/02/2020

Distribuição: 7ª Vara da Fazenda Pública

Último andamento: *Em 10/06/2020, conclusos para decisão.*

18 – AÇÃO COLETIVA DE OBRIGAÇÃO DE FAZER DAS MEDIDAS SANITÁRIAS ADOTADAS – CORONAVÍRUS

Processo nº 8029436-49.2020.8.05.0001

Ação pleiteando medidas a serem adotadas em proteção aos servidores da PC, tais sejam: (a) Restrição de acessos as Delegacias para evitar aglomerações, sendo certo que é essencial dar continuidade para ocorrências que envolvam flagrantes, morte suspeita, ocorrências em que haja perecimento de provas ou necessidade de perícia; (b) orientação a população para que realizem os boletins de ocorrências por meio eletrônico, quando possível, nos termos hoje realizados; (c) fornecimento emergencial de álcool gel para as unidades, bem como reforço na aquisição de materiais de limpeza e higienização local; (d) dispensa remunerada dos policiais civis que hoje encontram-se classificados em risco, após a devida comprovação da classificação; (e) atuação dos setores administrativos em regime de sobreaviso.

- Denegada antecipação de tutela por entender correspondência de pedido com a ação do SINDIPOC.

Data de entrada: 19/03/2020

Distribuição: 7ª Vara da Fazenda Pública

Último andamento: *Em 22/03/2021 – Concluso para despacho.*

19 - MS ADICIONAL DE INSALUBRIDADE DURANTE COVID-19

Processo nº 8010996-08.2020.8.05.0000

Mandado de Segurança Coletivo, com pedido liminar, pleiteando o pagamento do adicional de insalubridade aos Delegados de Polícia Civil, no exercício de atividade essencial durante a pandemia.

Data de entrada: 08/05/2020

Distribuição: Seção Cível de Direito Público

Último andamento: *Em 19/04/2021 – Expedição de outros documentos.*

20- PEDIDO DE INTERVENÇÃO FEDERAL NO ESTADO – DESCUMPRIMENTO ACORDÃO INTEGRALIDADE

Processo nº 8025688-12.2020.8.05.0000

Data de entrada: 15/09/2020

Distribuição: Tribunal Pleno – Desembargadora Sandra Inês Moraes Rusciolelli
Azevedo

Último andamento: *Em 23/02/2021 – Autos conclusos.*

21- PEDIDO DE INTERVENÇÃO FEDERAL NO ESTADO – DESCUMPRIMENTO SENTENÇA CUSTÓDIA DE PRESOS

Processo nº 8025674-28.2020.8.05.0000

Data de entrada: 15/09/2020

Distribuição: Tribunal Pleno – Raimundo Sérgio Sales Cafezeiro

Último andamento: *Em 11/03/2021 – Autos conclusos.*

ACOMPANHAMENTO TOTAL: 21



www.adpeb.com.br